

Município de ARVOREZINHA - RS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2021

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio/Capital	41.982.887,31	93,42	49.270.386,52	117,36	47.248.088,84	95,90
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	2.958.350,14	6,58	(7.287.499,21)	(17,36)	2.022.297,68	4,10
TOTAL	44.941.237,45	100,00	41.982.887,31	100,00	49.270.386,52	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio	3.001.989,15	(29,62)	1.091.591,39	36,36	7.300.715,80	668,81
Reservas	-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(13.137.642,40)	129,62	1.910.397,76	63,64	(6.209.124,41)	(568,81)
TOTAL	(10.135.653,25)	100,00	3.001.989,15	100,00	1.091.591,39	100,00

FONTE: GOVBR PL - Planejamento e Orçamento, Administração Geral, 10/Dez/2020, 22h e 34m.

NOTA EXPLICATIVA:

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LOA (2017, 2018 e 2019), cumprindo, dessa forma, o disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Nesse sentido, é preciso enfatizar que o Município segue as normas da Lei 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", o Município utiliza a nomenclatura de "Superávit ou Déficit do Exercício".

O Sistema de Previdência, por força de Lei Municipal está sobre a gestão do Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor - FAPS, sendo que seus registros contábeis estão em conformidade com as Normas do Ministério da Previdência Social e apartados das demais contas do Município.

Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2017 a 2019, aponta uma oscilação positiva entre 2017 e 2018 e uma oscilação negativa entre 2019 e 2018. Este fato deve-se especialmente aos ajustes do balanço contábil efetuado conforme as Normas de Contabilidade Aplicadas ao setor Público, estipuladas pela Secretaria do Tesouro Nacional

(STN) e Conselho Federal de Contabilidade (CFC).